

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

ORDEM DO DIA Nº 035/2017 SESSÃO ORDINÁRIA - 18/09/2017

1 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 069/2017 - RUGGERO AUGUSTO SERON** - Acrescenta o artigo 8º A da Lei nº 3014, de 17 de dezembro de 1998. Processo nº 14774.

2 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 085/2017 - HERNANI ALBERTO MÔNACO LEONHARDT** - Institui o Dia Municipal da Agricultura Familiar no Município de Rio Claro e dá outras providências. Processo nº 14795.

3 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 109/2017 - RUGGERO AUGUSTO SERON** - Estabelece as diretrizes de atuação da Patrulha Maria da Penha no Município de Rio Claro e dá outras providências. Processo nº 14828.

4 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 068/2017 - RUGGERO AUGUSTO SERON** - Dispõe sobre a incorporação do Programa "Sala Verde" no âmbito do Município de Rio Claro. Parecer Jurídico nº 068/2017 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 085/2017 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças nº 051/2017 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Política Urbana e Rural e Meio-Ambiente nº 037/2017 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 076/2017 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 077/2017 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana nº 026/2017 - pela aprovação. Processo nº 14773.

5 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 084/2017 - JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** - Cria o Projeto "A Família na Floresta" no Município de Rio Claro e dá outras providências. Parecer Jurídico nº 084/2017 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 100/2017 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças nº 096/2017 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Política Urbana e Rural e Meio-Ambiente nº 039/2017 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 066/2017 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 081/2017 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana nº 039/2017 - pela aprovação. Processo nº 14792.

+++++

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 069/2017

PROCESSO Nº 14774

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI

(Acrescenta o artigo 8º-A, na Lei nº 3.014, de 17 de dezembro de 1998).

Art. 1º - Fica acrescentado o artigo 8º-A, na Lei Municipal nº 3.014, de 17 de dezembro de 1998, com a seguinte redação:

“Artigo 8º-A - As associações, cooperativas ou terceiros, que não estiverem devidamente regularizados e cadastrados no Município de Rio Claro e que forem autuados no recolhimento de resíduos sólidos e materiais recicláveis no Município, receberão uma multa no valor de 2.000 (duas mil) UFMRC, bem como terão a apreensão dos veículos utilizados na captação desses materiais”.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por Unanimidade em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 11/09/2017 -
Maioria Simples.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 085/2017

PROCESSO Nº 14795

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI

(Institui o Dia Municipal da Agricultura Familiar no Município de Rio Claro e dá outras providências).

Artigo 1º - Fica instituído o dia 15 de Outubro como Dia Municipal da Agricultura Familiar no Município de Rio Claro.

Artigo 2º - O Dia Municipal da Agricultura Familiar antecederá a Semana do Agricultor, que ocorre de 16 a 19 de Outubro, conforme Lei Municipal vigente.

Artigo 3º - As comemorações alusivas ao Dia da Agricultura Familiar e suas formas, que trata esta Lei passam a integrar o calendário oficial do Município.

Artigo 4º - As comemorações têm como objetivo:

I - Fortalecer, apoiar e incentivar o desenvolvimento da agricultura familiar e suas formas associativas e cooperativas de produção, gestão, comercialização, processamento e agro industrialização;

II - Incentivar a criação de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar;

III - Viabilizar, profissionalizar e ofertar alternativas para o agricultor familiar;

IV - Criar espaços para agricultores discutirem questões locais relacionadas ao tema e seu desenvolvimento.

Artigo 5º - O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei, no que couber.

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por Unanimidade em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 11/09/2017 -
Maioria Simples.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 109/2017

PROCESSO Nº 14828

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI

(Estabelece as diretrizes de atuação da Patrulha Maria da Penha no Município de Rio Claro e dá outras providências).

Art. 1º - A atuação da Patrulha Maria da Penha no atendimento à mulher vítima de violência no Município de Rio Claro será regida pelas diretrizes dispostas nesta lei e na Lei Federal nº 11.340/2006.

Parágrafo Único - O patrulhamento visa garantir a efetividade da Lei Maria da Penha integrando ações e compromissos pactuados no Termo de Adesão ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres estabelecendo relação direta com a comunidade, assegurando o acompanhamento e atendimento das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Art. 2º - As diretrizes de atuação da Patrulha Maria da Penha seguirão os termos do artigo 8º da Lei Federal 11.340/2006.

Art. 3º - A Patrulha Maria da Penha atuará na proteção, prevenção, monitoramento e acompanhamento das mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar que possuam medidas protetivas de urgência, integrando as ações realizadas pela Rede de Atendimento à Mulher em situação de violência na Cidade de Rio Claro de acordo com o Termo de Cooperação firmado entre a Prefeitura de Rio Claro e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Art. 4º - As ações, forma de atendimento e organização interna da Patrulha Maria da Penha serão fixados mediante a instituição de protocolos de atendimento, definição de normas técnicas e a padronização de fluxos entre os órgãos que coordenam a Patrulha e demais parceiros responsáveis pela execução dos serviços.

Art. 5º - O Poder Executivo fica autorizado, mediante articulação com órgão público do Estado e Judiciário, definir atos complementares que garantam a execução das ações da Patrulha Maria da Penha no Município de Rio Claro.

Art. 6º - O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei no que couber.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 16 votos favoráveis em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 11/09/2017 -
Maioria Absoluta.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 068/2017

Dispõe sobre a incorporação do programa “sala verde” no âmbito do município de Rio Claro.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar o Projeto do Ministério do Meio Ambiente no Município de Rio Claro denominado “Sala Verde”- podendo ter o apoio da SEPLADEMA e a Secretaria de Educação, com a finalidade de integrar e coordenar os programas, projetos e ações ambientais e de cidadania no Município, consistente no incentivo à implantação de espaços socioambientais, com o objetivo de constituir-los como Centros de Informação e Formação Ambiental.

Art. 2º - O programa “Sala Verde” consiste na criação de espaço situado dentro de uma instituição, o qual se dedica ao delineamento e desenvolvimento de atividades de caráter educacional voltadas à temática ambiental, tendo como uma das principais ferramentas a divulgação e a difusão de publicações sobre o Meio Ambiente.

§ 1º - O Espaço “Sala Verde” poderá ser itinerante com o objetivo de percorrer o maior número de instituições de ensino do município.

§ 2º - Os instrutores do Espaço “Sala Verde”, poderão ser gestores ambientais e ou educadores com formação especializada.

Art. 3º - Cada Sala Verde é única, não há um padrão pré-definido ou um formato modelo para ela. Cada instituição deve configurá-la à sua maneira, levando em consideração a identidade institucional e o público com quem trabalha, dialogando as potencialidades com as particularidades locais e regionais e, também deve buscar orientar as ações, através de um processo constante e continuado de construção, implementação, avaliação e revisão de seu Projeto Pedagógico.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Artigo 5º - Esta Lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Artigo 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro, 17 de abril de 2017.


RUGGERO AUGUSTO SERON
VEREADOR-DEM
LÍDER DE GOVERNO

PARECER JURÍDICO Nº 68/2017 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 68/2017, PROCESSO Nº 14773-760-17.



Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 068/2017, de autoria do nobre Vereador Ruggero Augusto Seron, que dispõe sobre a incorporação do programa "sala verde" no âmbito do município de Rio Claro.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Não obstante, trata-se de competência do Município suplementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

R10  
06

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

No caso em apreço, o projeto de lei tem como objetivo a implantação de espaços socioambientais para desenvolver centros de informação e formação ambiental junto as instituições de ensino do município.

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço se **reveste de legalidade**.

Rio Claro, 18 de maio de 2017.


Daniel Magalhães Nunes

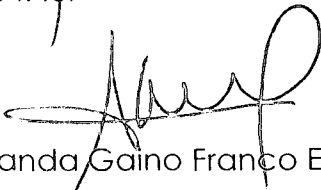
Procurador Jurídico

OAB/SP nº 164.437


Ricardo Teixeira Penteado

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 139.624


Amanda Gaino Franco Eduardo

Procuradora Jurídica

OAB/SP nº 284.357

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 068/2017

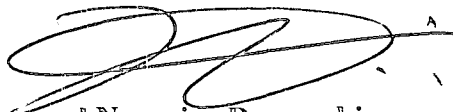
PROCESSO 14.773.760-17

PARECER Nº 085/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **RUGGERO AUGUSTO SERON** Dispõe sobre a incorporação do programa "sala verde" no âmbito do município de Rio Claro.


Esta Comissão opina pela **legalidade** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 22 de maio de 2017.



Dorneval Nevoeiro Demarchi

Presidente



Paulo Marcos Guedes

Relator

Rafael Henrique Andreeta

Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 068/2017

PROCESSO 14.773.760-17

PARECER Nº 051/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **RUGGERO AUGUSTO SERON** Dispõe sobre a incorporação do programa “sala verde” no âmbito do município de Rio Claro.

Esta Comissão opina pela aprovação do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 25 de maio de 2017.


Paulo Rogério Guedes

Presidente


José Claudinei Paiva
Relator


Maria do Carmo Guilherme
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO URBANO, POLÍTICA
URBANA E RURAL MEIO-AMBIENTE

PROJETO DE LEI Nº 068/2017

PROCESSO 14.773.760-17

PARECER Nº 037/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **RUGGERO AUGUSTO SERON** Dispõe sobre a incorporação do programa “sala verde” no âmbito do município de Rio Claro.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

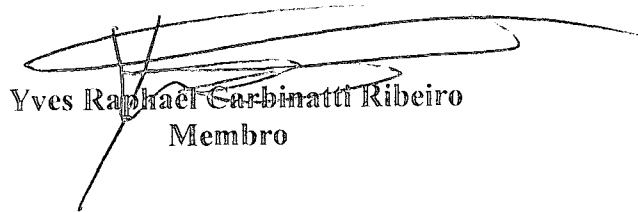
Rio Claro, 03 de agosto de 2017.



José Júlio Lopes de Abreu
Presidente

Dermeval Nevoeiro Demarchi

Relator



Yves Raphaël Carbinatti Ribeiro
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 068/2017

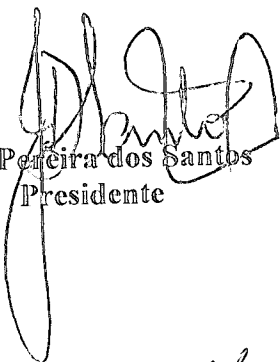
PROCESSO 14.773.760-17

PARECER Nº 076/2017


O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador RUGGERO AUGUSTO SERON Dispõe sobre a incorporação do programa “sala verde” no âmbito do município de Rio Claro.

Esta Comissão opina pela aprovação do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 06 de junho de 2017.


José Pereira dos Santos
Presidente

Paulo Marcos Guedes
Relator


Hernani Alberto Mônaco Leonhardt
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 068/2017

PROCESSO 14.773.760-17

PARECER Nº 077/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **RUGGERO AUGUSTO SERON** Dispõe sobre a incorporação do programa “sala verde” no âmbito do município de Rio Claro.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 22 de junho de 2017.


Adriano La Torre
Presidente


Irander Augusto Lopes

Relator

Caroline Gomes Ferreira
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

PROJETO DE LEI Nº 068/2017

PROCESSO 14.773.760-17

PARECER Nº 026/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **RUGGERO AUGUSTO SERON** Dispõe sobre a incorporação do programa “sala verde” no âmbito do município de Rio Claro.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 04 de setembro de 2017.



Thiago Yamamoto

Presidente



Geraldo Luis de Moraes

Relator



Anderson Adolfo Christofolletti

Membro

PROJETO DE LEI Nº 084/2017

CRIA O PROJETO “A FAMÍLIA NA FLORESTA” NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Artigo 1º - Fica criado o Projeto “A Família na Floresta” no município de Rio Claro, com objetivo de desenvolver no decorrer de todo o ano, atividades de esportes, lazer e cultura nas dependências da FEENA - Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade.

Parágrafo único – O Projeto “A Família na Floresta”, tem como escopo revitalizar a FEENA, estimular o turismo, e incentivar a população a voltar a frequentar a floresta.

Artigo 2º - O Poder Público poderá firmar parcerias com a sociedade civil e setores privados para a realização do evento.

Artigo 3º - As ações promovidas pelo Projeto “A Família na Floresta” serão embasadas nas disposições da legislação em vigor.

Artigo 4º - A presente Lei poderá ser regulamentada pelo Poder Público.

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Rio Claro, 8 de Maio de 2017.



JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU
Vereador “Julinho Lopes”
Vice-Presidente
Líder do PP

PARECER JURÍDICO Nº 84/2017 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 84/2017, PROCESSO Nº 14792-779-17.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 084/2017, de autoria do nobre Vereador José Júlio Lopes de Abreu, que cria o projeto "A família na Floresta" no município de Rio Claro e dá outras providências.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Handwritten signature and initials, likely of the legal advisor, with the initials "AJP" written below.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Não obstante, trata-se de competência do Município suplementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

No caso em apreço, o projeto de lei visa criar o projeto "A família na Floresta" no município de Rio Claro, com o objetivo de desenvolver no decorrer de todo o ano, atividades de esportes, lazer e cultura nas dependências da FEENA – Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade.

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço se **reveste de legalidade**.

Rio Claro, 25 de maio de 2017.


Daniel Magalhães Nunes

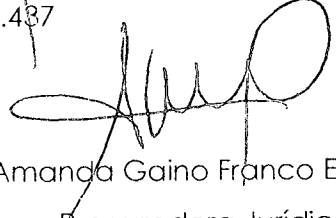
Procurador Jurídico

OAB/SP nº 164.437


Ricardo Teixeira Penteado

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 139.624


Amanda Gaino Franco Eduardo

Procuradora Jurídica

OAB/SP nº 284.357

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 084/2017

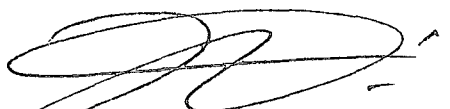
PROCESSO 14.792.779-17

PARECER Nº 100/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU Cria o projeto “A Família na Floresta” no Município de Rio Claro e dá outras providências.

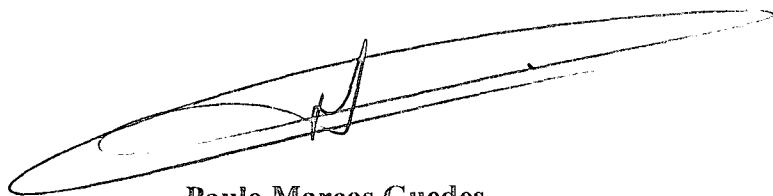
Esta Comissão opina pela **legalidade** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 26 de maio de 2017.



Deaneval Nevocero Demarchi

Presidente



Paulo Marcos Guedes

Relator

Rafael Henrique Andreetta

Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 084/2017

PROCESSO 14.792.779-17

PARECER Nº 096/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** Cria o projeto “A Família na Floresta” no Município de Rio Claro e dá outras providências.

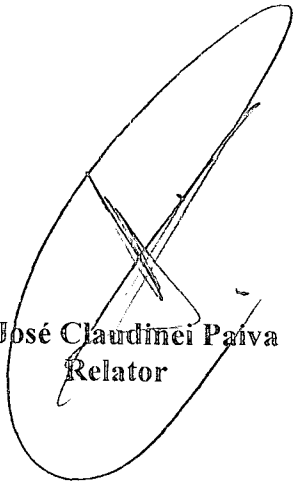
Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 14 setembro de 2017.



Paulo Rogério Guedes

Presidente



José Claudinei Paiva
Relator

Maria do Carmo Guilherme
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO URBANO, POLÍTICA
URBANA E RURAL MEIO-AMBIENTE

PROJETO DE LEI Nº 084/2017

PROCESSO 14.792.779-17

PARECER Nº 039/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU Cria o projeto “A Família na Floresta” no Município de Rio Claro e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

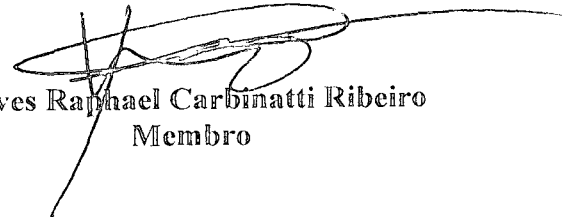
Rio Claro, 03 de agosto de 2017.



José Júlio Lopes de Abreu
Presidente

Dermeval Nevoeiro Demarchi

Relator



Yves Raphael Carbinatti Ribeiro
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 084/2017

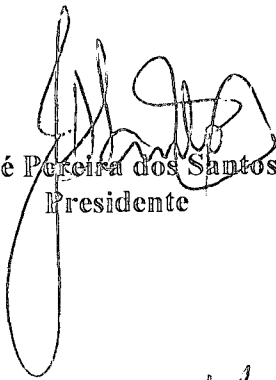
PROCESSO 14.792.779-17

PARECER Nº 066/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** Cria o projeto “A Família na Floresta” no Município de Rio Claro e dá outras providências.

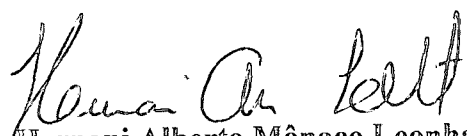
Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 05 de junho de 2017.



José Pereira dos Santos
Presidente

Paulo Marcos Guedes
Relator



Hernani Alberto Mônaco Leonhardt
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 084/2017

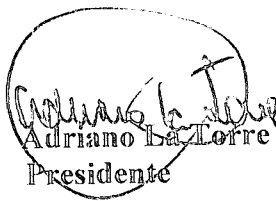
PROCESSO 14.792.779-17

PARECER Nº 081/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU Cria o projeto “A Família na Floresta” no Município de Rio Claro e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela aprovação do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 22 de junho de 2017.


Adriano La Torre
Presidente


Irander Augusto Lopes

Relator

Caroline Gomes Ferreira
Membro

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

PROJETO DE LEI Nº 084/2017

PROCESSO 14.792.779-17

PARECER Nº 039/2017

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** Cria o projeto “A Família na Floresta” no Município de Rio Claro e dá outras providências.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do projeto, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa.

Rio Claro, 21 de agosto de 2017.



Thiago Yamamoto

Presidente



Geraldo Luis de Moraes

Relator



Anderson Adolfo Christofolletti

Membro